

Manuel Correia de Andrade: pioneirismo no âmbito da perspectiva da descolonialidade

Manuel Correia de Andrade: pionero desde la perspectiva de la decolonialidad

Manuel Correia de Andrade: pioneering from the decoloniality perspective



Cláudio Jorge Moura de Castilho

Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil.

claudio.castilho@ufpe.br



Hugo Arruda de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

hugo.morais@ufrn.br

Resumo O presente artigo teve como objetivo discutir o pioneirismo da obra do geógrafo-pensador Manuel Correia de Andrade (MCdeA) no âmbito da perspectiva do pensamento descolonial. A pesquisa bibliográfica em obras selecionadas pelos autores deste escrito constituiu a escolha metodológica para a realização desta discussão, com vistas a ressaltar princípios fundamentais por meio dos quais o pensamento de MCdeA contribuiu para reforçar o desenvolvimento da teoria e prática da descolonialidade. Como conclusão geral, colocamos que, apesar de não ter sido um pensador abertamente descolonial, o geógrafo-pensador contribuiu notavelmente para o desenvolvimento da abordagem descolonial a partir da sua própria região de existência.

Palavras-Chave: Diversidade regional; Modernização; Resistências populares; Humanização do território.

Resumen El objetivo de este artículo es discutir la obra pionera del geógrafo-pensador Manuel Correia de Andrade (MCdeA) desde la perspectiva del pensamiento decolonial. La investigación bibliográfica en obras seleccionadas por los autores de este artículo constituyó la elección metodológica para la realización de esta discusión, con miras a resaltar principios fundamentales a través de los cuales el pensamiento del MCdeA contribuyó a reforzar el desarrollo de la teoría y práctica de la decolonialidad. Como conclusión general, afirmamos que, a pesar de no haber sido un pensador abiertamente decolonial, él contribuyó notablemente al desarrollo del enfoque decolonial desde su propia región de existencia.

Palabras Clave: Diversidad regional; Modernización; Resistencia popular; Humanización del territorio.

Abstract The objective of this article is to discuss the pioneering work of the geographer-thinker Manuel Correia de Andrade (MCdeA) from the perspective of decolonial thought. Bibliographical research in works selected by the authors of this paper constituted the methodological choice for carrying out this discussion, intending to highlight fundamental principles through which MCdeA's thought contributed to reinforcing the development of the theory and practice of decoloniality. As a general conclusion, we state that, despite not having been an overtly decolonial thinker, he notably contributed to the development of the decolonial approach from its own region of existence.

Keywords: Regional diversity; Modernization; Popular resistance; Humanization of the territory.

Introdução

Desde, sobretudo meados do século XX, que intelectuais do Hemisfério Sul comprometidos com a libertação do domínio das suas nações pelas então metrópoles colonizadoras do Hemisfério Norte – Europa e Estados Unidos, respectivamente – vêm buscando alternativas de uso social dos seus territórios voltado efetivamente para o seu desenvolvimento autônomo e soberano.

Dentre tais alternativas, citamos a da descolonialidade¹ – ao mesmo tempo do Poder e das Mentres – a qual reforça a valorização da outridade em termos das escalas do território/da territorialidade locais, do respeito à diversidade do espaço e da Natureza, bem como do reforço de outra epistemologia que combata à do eurocentrismo calcada no discurso da modernidade-colonial.

Destarte, existem significativas aproximações entre seus pressupostos e o que se colocou, no âmbito do desenvolvimento da teoria social crítica, como caminhos à reflexão acerca de experiências de dominação, exploração, subalternização e opressão dos povos do Sul.

O pensamento descolonial parte, assim, do pressuposto de que uma visão moderno-colonial eurocêntrica (vista, às vezes, de forma excessivamente “monológica”), de pretensões ao mesmo tempo unitárias e universalistas, acaba se projetando pelo mundo, “sistematizando-o” de tal forma que as áreas que sofreram os processos de colonização mais profundos (impregnados geograficamente) e duradouros (historicamente) podem também ser aquelas com maior potencial para a resistência, para a rebeldia. Tal parece ser o caso da nossa “América Latina” – ou *Abya Yala* dos povos originários –. Nela tivemos o maior contingente de escravos, com um dos escravismos mais longevos e aí também [...] temos até hoje um dos mais violentos e ultrajantes extrativismos de “recursos naturais” do planeta. (HAESBAERT, 2021, p. 102-103)

Nessa perspectiva, Manuel Correia de Andrade (MCdeA), dentre outros geógrafos brasileiros, foi, segundo Haesbaert (2021), um dos pensadores pioneiros no que se refere à reflexão que se aproximou do que se tem hoje como perspectiva descolonial. Isto aconteceu na medida em que, por exemplo, suas análises

[...] sobre as revoltas históricas no Nordeste e as lutas abolicionistas e quilombolas ao longo da história brasileira dão uma contribuição importante às interrogações de Spivac sobre a voz do subalterno: os subalternos brasileiros falaram através de seus atos exercendo uma agência plurissecular e influência através da revolta, construção de comunidade e diferentes níveis de negociação que marcaram toda a história brasileira. [...] Decisivamente, Andrade proporcionou exemplos de como envolver-se em reflexões críticas sobre espaços subalternos, apesar das limitações dos arquivos coloniais... (Ferretti *apud* Haesbaert, 2021, p. 141).

Nesse sentido, pensar na descolonialidade é, ao mesmo tempo, pensar em diversas outras formas de racionalidade em termos de uso social e humano do território, inclusive, aquelas ligadas às práticas dos povos dominados, explorados, subalternizados e oprimidos, existindo e resistindo no mundo.

A presunção universalista do pensamento hegemônico eurocêntrico, além do legado de genocídio, de etnocídio e de ecocídio já devidamente demonstrados, nos legou também um enorme desperdício de experiência [...], na medida em que impediu a humanidade de conhecer diferentes instituições inventadas em diferentes circunstâncias e que bem poderiam inspirar outras formações sociais, e a cada um, na invenção criativa de soluções para seus próprios problemas. Somente a presunção universalista eurocêntrica pôde acreditar que o Estado Territorial centralizado, com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, agora, o Mercado, pudessem ser uma panaceia. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 177)

Partindo, primeiramente, da crítica à natureza do uso social e desumano do território a partir da sua própria região de existência, o Nordeste do Brasil, MCdeA foi, progressivamente, dando visibilidade e voz aos povos originários, à classe trabalhadora e à Natureza que, em seu conjunto, têm sido dominados, explorados, subalternizados e oprimidos – meramente tratados como objetos geradores de riqueza – pela lógica instrumental da racionalidade capitalista moderno-colonial.

Vale sublinhar ainda, que, diante da magnitude e riqueza da obra do referido geográfico, ao abordar temáticas ligadas à estrutura agrária do país e do Nordeste, MCdeA proporcionou o aprofundamento de uma reflexão que contribuiu notavelmente para o desenvolvimento da abordagem descolonial. Isto aconteceu, principalmente, por ter apresentado processos de r-existências por parte das populações mais pobres, defendendo outras formas de humanização no que diz respeito ao uso do território.

Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 165)

Diante do acima exposto, o presente escrito possui como objetivo discutir o pioneirismo da obra do geógrafo-pensador MCdeA, no âmbito da perspectiva do pensamento descolonial, a partir do lugar da sua produção, a região Nordeste brasileiro.

Do ponto de vista do método da construção do escrito ora apresentado, utilizamo-nos, principalmente, da pesquisa bibliográfica em obras selecionadas pelos autores deste escrito, com vistas a ressaltar princípios fundamentais por meio dos quais o pensamento de MCdeA contribuiu para reforçar o desenvolvimento da teoria e prática da descolonialidade.

Como o pensador em epígrafe possui uma vasta obra, fomos obrigados a eleger apenas alguns livros que a compõe (Andrade, 1977, 1979, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1989, 1993, 1995, e 2005[1963]). A seleção destes livros, em meio a uma série de outros, buscou explorar o essencial da sua contribuição e, ao mesmo tempo, evitar confusões em termos da compreensão da questão ora abordada, deixando o escrito mais objetivo e fluido.

É válido ressaltar, ainda, que o procedimento da hermenêutica também foi um recurso teórico-metodológico útil para a realização desta reflexão, na medida em que possibilitou a interpretação das obras citadas, permitindo, ao mesmo tempo, compreender o conteúdo ressaltado.

Diante do acima exposto, a estrutura deste escrito foi elaborada de modo a tratar, além desta introdução (primeira seção), dos pressupostos gerais da teoria descolonial (segunda seção); dos pressupostos descoloniais na obra de Manuel Correia de Andrade (terceira seção); e da conclusão (quarta seção).

Pressupostos gerais da teoria descolonial

Dussel (2012), Quijano (2005) e Grosfoguel (2011a), dentre outros/as autores/as, têm chamado nossa atenção para a necessidade de distinguirmos, conceitualmente, os termos descolonização e decolonialidade. Advertência que nos é

feita com a finalidade precípua de superarmos o mito da “descolonização do mundo” e/ou o do “mundo descolonizado”. Isto porque, sem esta superação, continuar-se-á encobrendo a continuidade da colonialidade do poder e do saber – ou das mentes – no mundo atual mantendo, inclusive, o domínio autoritário do Norte sobre o Sul.

A esse respeito, ressaltando a perspectiva da colonialidade do poder discutida por Quijano (2005)², segundo a qual ainda vivemos em um mundo moderno-colonial, Grosfoguel (2011a) defende que devemos romper o estreito pensamento sobre a colonialidade a fim de superar o inacabado e incompleto sonho da descolonização do século XX, remetendo-nos, segundo ele, à necessidade de superar efetivamente o eurocentrismo com vistas à concretização da transmodernidade.

Transmodernity is Latin American philosopher of liberation Enrique Dussel's utopian project to transcend the Eurocentric version of modernity [...]. as opposed to Habermas project that what needs to be done is to fulfill the incomplete and unfinished project of modernity, Dussel's transmodernity is the project to fulfill the 20th Century unfinished and incomplete project of decolonization. Instead of a single modernity centered in Europe and imposed as a global design to the rest of the world, Dussel argues for a multiplicity of decolonial critical responses to eurocentered modernity from the subaltern cultures and epistemic location of colonized people around the world. (Grosfoguel, 2011a, p. 26)

Reafirmando que, no século XIX, o processo emancipador na América Latina hegemonizado pelos *criollos* fragmentou-se interna e rapidamente – visto que ele não conseguiu assumir e afirmar os projetos históricos dos indígenas, africanos libertos da escravidão, mestiços e outros grupos do bloco social dos oprimidos –, Dussel (2012) esclareceu o porquê do equívoco do sonho unificador dos movimentos e das lideranças libertadoras latino-americanas.

No âmbito da *Filosofia da Libertação*, como possibilidade histórica do diálogo intercultural a partir da afirmação da outridade – alteridade –, ao menos como ponto de partida para que *o-outro-excluído* e *dominado* possa efetivamente intervir no mundo, Dussel (2012) ainda chama nossa atenção para que continuemos a trilhar os caminhos necessários à transmodernidade quebrando o mito da modernidade.

Contra los Postmodernos no criticaremos la razón en cuanto tal; pero admitiremos su crítica contra la razón dominadora, victimaria, violenta. Contra el racionalismo universalista no negamos su núcleo racional, sino su momento irracional del mito sacrificial. No negamos entonces la razón, sino la irracionalidad de la violencia del mito Moderno; no negamos la razón, sino la irracionalidad Postmoderna; afirmamos la “razón del Otro” hacia una *mundialidad* Trans-moderna. (Dussel, 2012, p. 30)

Isto deve ter seu começo na inclusão da alteridade negada, fazendo valer a dignidade e identidade das Outras culturas – reconhecendo e respeitando, portanto, a outridade –, e possibilitando recuperar o caminho da transmodernidade. Ademais, de acordo com este mesmo autor, devemos colocarmo-nos na pele do índio, do africano escravizado, do operário explorado, dos milhões de miseráveis das cidades latinoamericanas contemporâneas como exercício metodológico para superarmos nossa condição de encobertos/as.

Enfim, na condição de afirmar a razão como faculdade capaz de estabelecer um diálogo, ou seja, um discurso intersubjetivo com a razão do Outro, como razão alternativa, Dussel (2012, p. 202) chega à teoria da libertação.

Un proyecto de racionalidad ampliada, donde la razón del Otro tiene lugar en una “comunidad de comunicación” en la que todos los humanos [...] puedan participar como iguales, pero al mismo tiempo en el respeto a su Alteridad, a su ser-Otro, “otredad” que debe estar garantizada hasta el plano de la “situación ideal de habla” (para hablar como Habermas) o en la “comunidad de comunicación ideal” o “transcendental” (de Apel).

Desse modo, necessário ainda se faz colocar que a realização da efetiva transmodernidade requer, ao mesmo tempo, a eliminação do racismo, sobretudo pela sua forte presença como elemento inerente à modernidade, na medida em que constitui o fundamento da hierarquia global resultante das relações de superioridade e inferioridade tendo como direção a linha do humano no interior do modo de produção capitalista.

De acordo com Grosfoguel (2011b), dialogando com a contribuição de Frantz Fanon, os sujeitos que vivem no lado superior da linha do humano encontram-se na *zona do ser* e os que vivem no lado inferior desta linha encontram-se na *zona do não-ser*. Estas zonas tratam-se, respectivamente, dos lugares do colono e do colonizado, muito embora nenhuma destas escalas do acontecer humano seja homogênea, razão

por que, muitas vezes, homens negros e mulheres negras têm negado sua condição de negros/as utilizando-se de máscaras – brancas – para encobrir sua condição de negro/a.

Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo. Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a *conscientizar* seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais.

Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor; se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de *escolher* a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais. (Fanon, 2008[1952], p. 95-96)

Ademais, de acordo com este mesmo autor, em vez de complementaridade entre as referidas zonas escalares da linha do humano, o que há, na verdade, é oposição entre elas, na medida em que, *mutatis mutandis*, “Regidas por uma lógica puramente aristotélica elas obedecem a um princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos está sobrando” (Fanon, 2022, p. 35)

Isto porque, ele acrescenta que, na primeira zona vivem as elites imperiais e os sujeitos oprimidos ocidentais, enquanto que na segunda vivem os sujeitos oprimidos não-ocidentais no mundo colonial. Logo, esta hierarquia referente à dominação colonial também se trata de uma espécie de racismo na medida em que a zona do *não-ser* encontra-se na condição de inferioridade racial frente à zona do ser considerada como superior.

Contudo, para que os aspectos supracitados no sentido da libertação da América Latina sejam efetivamente concretizados, é necessário que, ao mesmo tempo, se fortaleça a perspectiva da descolonialidade também do Saber, principalmente, no âmbito do pensar e fazer o mundo estendendo o processo de descolonização às demais escalas territoriais do continente *Abya Yala*.

Para isto, portanto, no âmbito do que Mignolo (2010) define como *desobediência epistêmica*, a fim de desmitificar a retórica da modernidade para desmontar a colonialidade presente e ancorada em todos os níveis da vida humana, devemos realizar uma pedagogia descolonial.

Desde que entré al mundo académico, primero como estudiante y luego como profesora, hace 30 años, mis propósitos, intereses y emprendimientos han querido desaprender la modernidad racional que me (de)formó, y aprender a pensar y actuar en sus fisuras y grietas. Las fisuras y grietas se han convertido en parte de mi localización y lugar. Son parte integral de cómo y donde me posiciono. También son constitutivas de cómo concibo, construyo y asumo mis praxis. [...] Me identifico, más bien, como una militante intelectual, una intelectual activista o activista intelectual, y siempre como pedagoga (Walsh, 2015, p. 2)

Enfim, a praxis é, verdadeiramente, o caminho para a transformação efetiva do mundo, des-encobrendo as diversas escalas da outridade com vistas a dar visibilidade e voz a quem verdadeiramente está comprometido com a libertação. A obra do geógrafo-pensador MCdeC foi, portanto, uma das que mais contribuiu para a elucidação das várias escalas da permanência da opressão colonial no âmbito da diversidade regional.

Pressupostos descoloniais na obra de MCdeA: pioneirismo a partir da sua região

Compreendendo a história da América Latina como manifestação de exemplos de domínio, exploração e intervenções primeiramente dos países colonizadores da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos, Andrade (1993) não deixou de perceber que esta grande região do mundo tem sido objeto do imperialismo capitalista disfarçado pelo discurso da modernidade. Este aspecto tem marcado o processo de formação histórico-territorial do Brasil no âmbito análogo, segundo observações de Mariátegui (2007[1928]), ao que acontecia na América Latina.

Diante desta constatação, Andrade (1989) defendeu a necessidade de desenvolvermos a consciência de que constituímos um bloco de países dominados e explorados pelos países do Norte a fim de buscarmos outros caminhos possíveis para a nossa efetiva libertação política, econômica e mental. Nesta perspectiva, o que poderá haver “[...] de comum no caminho dos vários países é a existência de uma determinação do governo de procurar os caminhos da independência do controle internacional e de se basear em uma grande credibilidade e determinação da população” (Andrade, 1989, p. 7-8).

Nesta visão, caberia considerar as perspectivas de fortalecimento das diversidades regionais, da crítica à modernidade como discurso que mascara os aspectos traumáticos das modernizações, das revoltas e dos movimentos do povo como r-existências, da humanização das formas de uso do território e da transformação das mentes.

Com vistas a chamar a atenção para os problemas que afligem ao homem, MCdeA, na sua condição de pensador a partir do lugar da geografia, considerou a relevância da diversidade regional em função, sobretudo, da sua influência nas formas de uso e exploração da terra, bem como no modelamento da paisagem cultural. (Andrade, 2005, p. 33).

De acordo com o geógrafo-pensador, na região Nordeste, o regime pluvial exteriorizado pela vegetação natural constitui fator essencial tanto no âmbito da materialidade quanto no da imaterialidade, ambas as dimensões inerentes à vida do homem do campo (Andrade, 2005, p. 39).

No caso, por exemplo, do flagelo provocado pelo fenômeno das secas que, frequentemente, assolam a região, reforçando a ideia de Josué de Castro segundo a qual não se tratava de um problema natural, mas eminentemente social; MCdeA demonstrou sua verdadeira realidade, desmitificando o que se escondia por detrás dele (Andrade, 1985). Enfim, a despeito de não ser determinante, o problema da seca que flagela, periodicamente, os/as sertanejos/as constitui uma preocupação central nas suas vidas.

Com as cheias, as ilhas e terras marginais submergem, sendo fertilizadas pelo rio e, à proporção que as águas baixam, são utilizadas pelos agricultores ribeirinhos para a formação de roçados; estes aproveitam não só o húmus depositado pela cheia, como também a umidade deixada pelo rio, e novas áreas vão sendo descobertas e as culturas continuam a expandir-se, formando o que chamamos de **agricultura de vazante**, que garante ao sertanejo o milho, o feijão, o amendoim, a fava, a cana-de-açúcar – para a fabricação de rapadura e aguardente – para a sua alimentação, assim como a cebola, utilizada, em geral, para o abastecimento das cidades sulinas, já que é, aí, a agricultura comercial por excelência (Andrade, 2005, p. 56, destaque nosso).

Em outras palavras, criticando a perspectiva limitada da modernização como opção da utilização intensa de tecnologias em benefício, preponderantemente, dos interesses das classes dominantes, Andrade (1995, p. 76) asseverou que “Modernizar não é apenas transformar, como querem alguns grupos que se beneficiam da modernização, mas transformar para melhor”. Esta transformação para melhor

significava, segundo este pensador, a participação da classe trabalhadora e dos povos tradicionais, no âmbito do seu meio natural, como sujeitos e não objetos da modernização.

Sendo assim, sobretudo quando viabilizada pelo Estado capitalista como empresário, a modernização (ANDRADE, 1983, 1984, 1993), sempre colocada em prática para fazer valer os interesses hegemônicos na maioria das vezes localizados fora da região, tem provocado impactos, segundo o pensador, “[...] traumatizantes para as populações que tiveram de ser desalojadas de suas residências ou propriedades, sem a menor preparação psicológica e sem o apoio econômico [...], em nome do progresso e dos altos interesses nacionais, justificados até mesmo quando conflitantes com os interesses locais” (Andrade, 1983, p. 24).

Todavia, na medida em que compreendia a produção do espaço como um processo histórico-dialético em permanente movimento e, portanto, com a possibilidade de ser reformulado, Andrade (1984, p. 16-17) percebia que a evolução da sociedade e a ação do Estado não aconteciam de modo linear, mas achavam-se sujeitas às pressões resultantes dos conflitos sociais engendrados pela consciência das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Deste modo, as revoltas e os movimentos do povo (Andrade, 1986) não foram ações negligenciadas pelo geógrafo-pensador, tratando-as principalmente como práticas de resistência às diversas formas de exploração, subalternização e opressão do povo que o mantêm dominado e controlado pelos interesses que predominam em uma sociedade de classes altamente perversa, em que: “Toda a organização político-social se orientava no sentido de garantir ao senhor-de-engenho o exercício pleno do seu poder sobre suas terras, agregados e dependentes” (Andrade, 2005, p. 93).

Tal posição reforça a concepção segundo a qual a própria organização espacial realizava-se a fim de dar suporte a este sentido na medida em que: “[...] a casa-grande assobradada ou com calçada alta sobre uma colina ou uma encosta, de onde [o senhor] falava a lavradores, empregados ou escravos” (Andrade, 2005, p. 90) era uma forma de demonstrar quem detinha o poder, “falando alto àqueles a quem dava ordens”.

Todavia, MCdeA ressaltou que, como contradição, as revoltas indígenas (dos *Caetés*, *Potiguaras*, *Tabajaras*), dos/as escravizados/as (quilombolas), e dos/as trabalhadores/as na agricultura (Ligas Camponesas, Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra-MST, sindicalismo rural) constituíram ações que, também, influenciaram as relações sociais no Nordeste.

Segundo ele, ainda, tais formas de lutas socioespaciais não aconteciam apenas pelo direito à terra, mas, ao mesmo tempo, pela humanização das práticas sociais de uso do território que haviam sido desumanizadas pelas ações de modernizações, no curso da formação histórico-territorial do Brasil.

Em outras palavras, para Andrade (2005, p. 86), essas lutas constituíam meios de reforço da consciência da situação de sofrimento em que se encontravam o povo, resultando em revoltas e mobilizações para transformá-las.

Os escravos eram frequentemente submetidos a maus-tratos, a castigos corporais, podendo ser batidos com chicote, varas ou correias de couro, ser postos a ferro ou no tronco ou até ser acorrentados pelos pés ou pelo pescoço; [...] Vê-se, assim, como eram pouco humanas as condições de vida impostas aos escravos... (Andrade, 2005, p. 86).

Mesmo após conquistas ao nível de legislação favorável à garantia de direitos para os povos tradicionais e a classe trabalhadora – Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e Estatuto da Terra (1964), por exemplo –, sua efetivação terminava sendo adiada e/ou burlada em função dos imperativos relativos aos interesses das classes dominantes principalmente por privilegiarem as questões econômicas desrespeitando, assim, a preservação da vida humana e da Natureza.

Os/as escravizados/as só conseguiram efetivar o seu direito de não serem mais propriedade de outrem há cerca de 350 anos após a instauração da colonização fundamentada na escravatura. Mesmo assim, continuaram, até os tempos atuais, a trabalhar sob condições hoje ditas “análogas ao trabalho escravo”.

Do mesmo modo, segundo o próprio geógrafo-pensador, as relações de trabalho do tipo “sistema Brasil” – parceria, meação, tangedores/tangerinos, empreiteiros, sujeição –, bem como as condições de corumba e sitiante, dentre outras, representam formas disfarçadas de exploração exacerbada da classe trabalhadora.

Vê-se, assim, nas relações de trabalho acima especificadas, a grande desvantagem levada pelo agricultor que, não possuindo terras, vê-se obrigado a sujeitar-se a contratos verdadeiramente leoninos. Devemos lembrar ainda que, plantando em região seca, estão os agricultores sujeitos a perder o trabalho se o “inverno” não for regular, o que ocasiona frequentes prejuízos. O arbítrio do proprietário também funciona como espada de Dâmocles sobre a cabeça do agricultor, de vez que ele, não tendo contrato escrito, não possui garantias de permanência na terra, podendo a qualquer momento ser despedido e ter de procurar área para trabalhar em condições idênticas em outra fazenda. (Andrade, 2005, p. 205).

Portanto, a defesa da humanização far-se-ia fundamental no processo de produção social do espaço, razão por que este aspecto nunca deixou de fazer parte da obra do pensador MCdeA. Dialogando com o historiador Caio Prado Júnior, MCdeA destacou não somente a necessidade de se resgatar a dimensão humana nas ações dos agentes produtores do espaço, como também de buscar soluções efetivas para a resolução dos problemas regionais.

Em interessante trabalho [...] Caio Prado Júnior chama a atenção para o problema humano no Brasil que, como diz ele, está sendo relegado a um plano secundário, em benefício de outros problemas, também importantes, mas que só podem ser solucionados após o desaparecimento daquele. O ilustre historiador nos mostra que o problema humano é básico, porque, como podemos constituir uma Nação forte industrial, política ou militarmente, se não possuímos como base, o homem sadio de corpo e de espírito? (Andrade, 2005, p. 24).

Nesta perspectiva, de modo pioneiro na geografia, MCdeA, refletindo acerca da situação da classe trabalhadora, considerou alguns dos fatores que retardavam o desenvolvimento regional, quais sejam: deficiência da atuação do Ministério do Trabalho na garantia dos direitos trabalhistas; condições precárias de vida (na alimentação, vestimenta, educação, assistência social e saúde – com pessoas devoradas pela verminose, malária e esquistossomose, etc.), forte dependência com relação à Natureza e condições desumanas de trabalho (horas excessivas sem o descanso necessário, exorbitante extração da mais-valia, relações de trabalho análogas à escravidão, etc.). Por isso, apontou como algumas das soluções com vistas à humanização do processo de produção social do espaço, ações como: criação de escolas, melhoramento da alimentação e aumento do poder aquisitivo dos/as trabalhadores/as, dentre outras (Andrade, 2005, p. 24-25).

Com efeito, e, sem cair na ingenuidade do pensamento crítico de esquerda da época, defendeu a democratização do acesso à terra como caminho para encetar a humanização dos/as nordestinos/as. Para isto, segundo MCdeA, dever-se-ia compreender, primeiramente, a complexidade regional, tal como dito antes, a fim de buscar as soluções capazes de atingir, por sua vez, à complexidade da problemática analisada visando à sua superação.

O nível de vida poderá ser elevado quando os pequenos proprietários e parceiros receberem assistência técnica mais eficiente, educação que os leve a melhor utilizar os recursos que o meio lhes oferece, tiverem acesso amplo ao crédito bancário e tiverem a comercialização de sua produção organizada, eliminando a ação do agiota nos empréstimos de entressafra e do intermediário na comercialização da produção. (Andrade, 2005, p. 170).

Acompanhando o agravamento do processo de expansão das relações capitalistas, no período da retomada dos princípios neoliberais de uso social do território, Andrade (2005, p. 246-7) não deixou de denunciar e reforçar o agravamento dos impactos dessa expansão. Ao destacar a aceleração e intensidade da grilagem de terras e a violência organizada atingindo os povos indígenas e os posseiros, o geógrafo-pensador enfatizou como a destruição desenfreada da vegetação natural e da fauna eram praticadas tanto no Nordeste como na Amazônia.

Reforçando a crítica do geógrafo Orlando Valverde, que, analisando os impactos ambientais provocados pela implementação do Grande Projeto Carajás na Amazônia, acabou definindo este tipo de ação como “planejamento da destruição”.

Nesta perspectiva, segundo MCdeA,

[...] esta política foi profundamente prejudicial ao país, de vez que desmatou grandes áreas, intensificou a erosão dos solos, poluiu os rios – caso do uso do mercúrio na lavagem do ouro dos garimpos – desorganizou as sociedades indígenas, os agrupamentos de seringueiros e apanhadores de castanha que viviam na áreas há várias gerações, além de estimular a formação de imensos latifúndios improdutivos, mas bastante poderosos, politicamente, para impedir qualquer política de reforma agrária ou de simples reestruturação fundiária. Além disso, fechou a fronteira às migrações naturais de colonos pobres que convergiam do Nordeste e do Sul, superpovoados para a Amazônia (Andrade, 1995, p. 26-7).

Antes, MCdeA já havia realizado, em muitas de suas reflexões, uma crítica profunda à atuação dos projetos de irrigação no Vale do Rio São Francisco, sob a batuta da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Tendo sido organizada como uma empresa, a CODEVASF visa, naturalmente, à obtenção de lucros, o que faz com que dê maior atenção, em seus projetos, à ação dos grupos empresariais do que à localização de colonos, que são alistados dentre os próprios trabalhadores locais, muitas vezes habitantes das áreas desapropriadas. Desaparece, assim, a prioridade que devia ser dada ao social para facilitar a acumulação de capital, beneficiando grupos econômicos que muitas vezes dispõem de grandes áreas. Assim, analisando-se os projetos implantados ou em implantação, vemos que a área destinada às empresas é superior àquelas destinadas aos colonos... (Andrade, 1983, p. 103).

MCdeA acrescentou que os processos de destruição da Natureza e da escravização dos homens e das mulheres têm sido financiados por recursos públicos e facilitados pelo uso da tecnologia, por meio da intervenção autoritária do Estado brasileiro. Contudo, concomitantemente, ele avançou que, contrariamente a esta tendência inerente à globalização – agravando ainda mais as condições de trabalho, vida e existência dos homens e das mulheres em regiões como o Nordeste brasileiro –, dever-se-ia desenvolver políticas públicas voltadas, efetivamente, aos “[...] interesses das populações e não os dos grupos dominantes e que a exploração de seus recursos naturais deve ser realizada com preocupações de preservação do meio ambiente” (Andrade, 2005, p. 291).

Ademais, colocando as ações modernizadoras como *fúria modernizante*, pelos seus impactos traumatizantes sobre a vida existente nos territórios onde elas têm acontecido, também ao nível do espaço urbano, descaracterizando seu patrimônio histórico e artístico. A este respeito, referindo-se a ações urbanísticas ocorridas na área central histórica da cidade do Recife, MCdeA acentuou o seguinte:

Recife, apesar de possuir belas igrejas barrocas, nobres sobradões e ricos museus está completamente descaracterizado face à *fúria modernizante* que se abateu sobre a cidade, destruindo os Arcos, igrejas tradicionais e belas e velhas ruas, estreitas e seculares (Andrade, 1979, p. 53).

Sua perspicácia e seu comprometimento com a transformação da realidade, abraçando uma metodologia capaz de – pela análise crítica da formação histórico-territorial do Nordeste – clarificar as raízes fundamentais das contradições e dos conflitos engendrados pela expansão do capitalismo em uma região subdesenvolvida, valorizou o papel das r-existências do povo como agente verdadeiro da transformação social.

Nesta perspectiva, segundo Andrade (2005), os movimentos sociais sindicalistas (CONTAG, FETAPE, etc.) e populares (MST) deveriam ser resgatados histórico-territorialmente como possibilidades efetivas de transformação da região. Isto, na medida em que se organizavam de modo mais enérgico e dando visibilidade, por meio do uso inteligente da mídia, às suas reivindicações com vistas à efetivação de direitos e à pressão por maior difusão de políticas públicas no âmbito das quais se destacava a da própria Reforma Agrária.

Na luta pela Reforma Agrária, por exemplo, a relevância do papel das ações das mobilizações sociais de luta pela terra poderia ser traduzida pela afirmação de uma das lideranças das Ligas Camponesas segundo a qual se deveria buscar “[...] despertar as massas a fim de que elas participem da solução dos seus problemas, evitando que uma solução de cúpula, imposta de cima para baixo, venha modificar a estrutura agrária brasileira sem consultar os interesses do homem do campo”. (ANDRADE, 2005, p. 309).

Diante do acima exposto, com vistas à efetivação da humanização no âmbito das relações sociais, o pensador em epígrafe não negligenciou a necessidade da transformação das mentes, na medida em que reforçou a ideia segundo a qual, muito além da reforma ao nível da estrutura social, dever-se-ia mudar a mentalidade “dando educação ao povo” (ANDRADE, 2005, p. 220).

Necessário faz-se o desenvolvimento de uma política de assistência ao pequeno produtor, que lhe garanta, efetivamente, o crédito agrícola a juros baixos, à garantia dos preços mínimos, a assistência técnica e a garantia da posse das terras por ele desbravadas com orientação conservacionista. [...] Um sistema cooperativista com amplo apoio oficial poderia melhorar as culturas e as condições de vida dos pequenos agricultores, contribuindo assim para a elevação do nível de vida e da capacidade de consumo dos mesmos, assim como para melhorar o abastecimento dos centros urbanos. (Andrade, 2005, p. 235).

Compreendendo o desenvolvimento da ciência – ao mesmo tempo como instrumento analítico e ação – intrinsecamente vinculado às relações sociais historicamente estabelecidas, MCdeA defendia a realização de uma ciência ativa, combatendo a falsa ideia da neutralidade do conhecimento científico, entendendo esta última ideia como “[...] uma balela para encobrir o comprometimento com os grupos dominantes” (Andrade, 1987, p. 118).

Por este motivo, os/as cientistas não poderiam permanecer alheios/as às diversas problemáticas do mundo, fazendo uso da interdisciplinaridade para poder entendê-lo como uma totalidade complexa com a profundidade necessária visando à sua transformação.

Diante de tal perspectiva de degradação das condições de vida e até de possível desaparecimento da humanidade, os cientistas em geral e os geógrafos em particular não poderiam ficar de braços cruzados, sob o risco de convivência com o crime que é cometido. [...] Não se justifica a implantação de gigantescos programas de irrigação visando apenas dar trabalho e lucro às grandes empresas construtoras e oportunidade de emprego de capital a grandes empresas agro-industriais, em detrimento dos interesses da população local, constituída de pequenos produtores (Andrade, 1987, p. 117).

No caso específico da Geografia, acentuou Andrade (1993, p. 41) que

A geografia tem, assim, uma grande contribuição a dar diante do problema da (des)ordem mundial, denunciando, analisando casos, tomando posições (de acordo, naturalmente, com a posição do geógrafo) e indicando caminhos que defendam uma ordem mais justa e mais humana e uma perspectiva futura, a fim de evitar a destruição do próprio Planeta como habitat de seres vivos. Sendo uma ciência do homem ela deve ser posta a serviço do homem.

MCdeA não deixou de chamar nossa atenção para a necessidade urgente do pensamento geográfico brasileiro consolidar sua forma de saber criativo e interpretativo da nossa realidade de modo independente. O eminente geógrafo negou, assim, também a visão colonialista de fazer ciência, destacando que a Geografia feita no Brasil não deveria ser uma cópia do pensamento dos colonizadores.

Somos daqueles que pensam já haver chegado a hora de se procurar escrever a história do pensamento geográfico brasileiro, procurando situá-lo face ao pensamento geográfico internacional e considerando-o como criativo, como interpretativo de uma realidade e não apenas como continuação do pensamento geográfico de outros povos a respeito da realidade brasileira. Não concordamos com aquela distinção feita por geógrafos mais apressados, geógrafos de formação francesa — os do passado — e geógrafos de formação norte-americana — os mais jovens — que, a nosso ver, depõe contra a capacidade intelectual dos classificados e dos que classificam. É a consagração pura e simples de uma ideologia colonialista, de que existem povos superiores que devem dominar e povos dominados que são incapazes de elaborar os seus princípios científicos e as suas ideologias, ou que se limitam a copiar modelos de franceses, ingleses, alemães, americanos, russos ou chineses. (Andrade, 1977, p. 17).

Enfim, a despeito de não termos tido a preocupação de colocar o geógrafo Manuel Correia de Andrade como um pensador descolonial, demonstramos em que medida ele sempre esteve, no curso da produção da sua vasta e pertinente obra, atento para a discussão de princípios que sustentam essa interessante perspectiva de compreensão do mundo.

Com isto, muito além de defender e/ou tomar partido de uma ou outra perspectiva de abordar cientificamente o mundo, é mais frutífero compreender em que medida as diversas perspectivas de abordagem se complementam na busca da compreensão do mundo. Nesta perspectiva, por exemplo, o pensamento descolonial, como uma das perspectivas do pensamento crítico, não substitui, mas, ao contrário, soma-se às demais na busca da transformação do mundo.

Conclusão

Conclui-se que, muito embora a obra do geógrafo-pensador Manuel Correia de Andrade (MCdeA) não tenha sido enquadrada como fazendo parte da perspectiva de abordagem descolonial, pela sua própria vinculação a uma abordagem crítica do mundo, ela oferece condições para o aprofundamento da descolonialidade do poder e do saber.

Isso ficou claro quando consideramos as preocupações de MCdeA com o fortalecimento das diversidades regionais a partir do seu *topo*, a crítica à modernidade como discurso que mascara os aspectos traumáticos e desumanizadores das modernizações para as populações atingidas, as revoltas e os movimentos do povo como r-existências, a necessária humanização das formas de uso do território e a transformação das mentes.

Em definitivo, o pioneirismo de MCdeA no âmbito do pensamento e da prática da descolonialidade vem contribuindo para o entendimento do mundo como uma totalidade histórico-territorial complexa que se acha em permanente movimento em algum sentido.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB, São Paulo, n. 54, p. 5-28, 1977.
- _____. **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1979.
- _____. **Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- _____. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Editora Massangana, 1984.
- _____. **A seca: realidade e mito**. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1985.
- _____. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- _____. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. **O Brasil e a América Latina**. A América “deles” e a “nossa América”. Quem é quem na América Latina. Há uma nação latino-americana? São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Uma geografia para o século XXI**. Recife: CEP, 1993.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005 [1963].

DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del otro (hacia el origen del “mito de la modernidad)**. Buenos Aires: Docencia, 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008 [1952].

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1961].

GROSFUGUEL, R. Entrevista concedida a Carlos Arellán, no programa El mundo em contexto, aos 2 de março de 2023a. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Sts5NC-1bJ8> Acessado em: 04 de abril de 2023.

_____. La decolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos, 2011b. Disponível: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Ramon%20Grosfoguel%20CIDOB_2011.PDF Acessado em: 06 de maio de 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO/Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=2310&pageNum_rs_libros=6&totalRows_rs_libros=1431 Acesso em: 25 jul. 2023.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007 [1928].

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidade**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. (Colección Razón Política)

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. *E-book*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf> Acesso em: 25 jul. 2023.

WALSH, Catherine. Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales. **Clivajes. Revista de Ciencias Sociales**, ano II, n. 4, p. 1-11, 2015.

Notas

1. Não é o momento de tratar, pormenorizadamente, esta outra alternativa; porém, é necessário ressaltar que, na busca de outros caminhos possíveis, as teorias e práticas da descolonialidade, fundamentando-se na contribuição das experiências dos povos do Sul, tiveram seus primórdios na Conferência de Bandung-Indonésia (1955) quando, na perspectiva do fortalecimento do terceiro-mundismo como caminho alternativo no período da Guerra Fria, falou-se e defendeu-se a descolonização como meta para a abertura de espaços para a valorização das raízes dos povos da África, Ásia e América Latina. A partir deste último continente, tais ideias começaram a ser aprofundadas de modo mais sistemático nos anos 1990, ressaltando que, muito além da descolonização, ter-se-ia que superar a descolonialidade – do Poder e das Mentres – a fim de retirar os povos originários do Sul da sua condição de invisibilidade, defendendo ainda a urgência de se considerar o racismo como traço central na formação dos territórios do Sul.

2. Para Mariátegui (2007), apesar das mudanças sociais e econômicas ocorridas no Peru – desde a Conquista, a Colonização e a República – no âmbito da Independência do país, o “espírito colonial” continuou a influir tanto nas relações de poder quanto ao nível da educação. Esta percepção foi exemplificada pela manutenção das relações sociais e econômicas. A este respeito: “Las expresiones de la feudalidad sobreviviente son dos: latifundio y servidumbre. Expresiones solidarias y consustanciales, cuyo análisis nos conduce a la conclusión de que no se puede liquidar la servidumbre, que pesa sobre la raza indígena, sin liquidar el latifundio” (Ibidem, p. 40) Realidade que, por sua vez, acha-se no processo histórico da região Nordeste do Brasil, visto que ambos os países foram colônias de países colonizadores no Norte.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Contribuições dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor Cláudio J. M. de Castilho ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual. O segundo autor Hugo Arruda de Moraes, pela aquisição de dados e suas interpretações e análise; e ambos, pelos procedimentos técnicos. Declaramos ainda ciência das Diretrizes Gerais do BGG.

Cláudio Jorge Moura de Castilho, Bacharel, Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutorado em Geografia Ordenamento Territorial e Urbanismo pela Universidade de Sorbonne; Pós-Doutorado pela Universidade de Veneza; Professor Titular do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco; Líder do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU); membro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco; e Bolsista N1-D do CNPq.

Hugo Arruda de Moraes, Bacharel, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Líder do grupo de pesquisa Geografia e Formação Territorial do Brasil (GEOFORM) da UFRN; e membro do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Data de recebimento 10 de setembro de 2023
Aceite em 18 de abril de 2024
Publicação em 17 de junho de 2024